



ASSOCIAÇÃO DE ACTORES SOCIAIS CHAVES DE SABER
(REDE DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS).

Diário da República nº 116/23 de 26 de Junho

Núcleo da Província do Cuanza Sul



**ESTRATÉGIA OU PLANO NACIONAL DE
ADVOCACIA EM EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA
SEMANA DE ACÇÃO GLOBAL PELA
EDUCAÇÃO (GAWÉ) 2026**



LEMA

*Manter a chama acesa
pela educação*

SUMBE/ABRIL/2026

PLANO ESTRATÉGICO DE ADVOCACIA EM EDUCAÇÃO

FICHA TÉCNICA

Título do Documento: Estratégia Nacional de Advocacia em Educação – GAWE 2026

Evento: Workshop Nacional de Advocacia em Educação

Âmbito: Encerramento da Semana de Acção Global pela Educação (GAWE) 2026

Lema Global: *"Manter a Chama Acesa pela Educação"*

Organização e Realização:

- Associação de Actores Sociais Chave do Saber (AASC-EpT)

Coordenação Geral:

- Direcção Provincial da AASC-EpT – Cuanza Sul

Local de Realização: Sumbe, Província do Cuanza Sul, Angola **Data:** 30 Abril de 2026

Participantes: 30 Organizações Membros da Sociedade Civil

Equipa Técnica e Consultoria:

- **Facilitação e Metodologia:** Manuel Joaquim Calumbo: Especialista em Ciências da Educação, Advogado, Comentarista da Rádio Eclésia e Palestrante.

Áreas Temáticas Abordadas:

1. Financiamento Público e Eficácia do OGE na Educação.
2. Metodologia de Teoria de Mudança (ToC) para a Advocacia.
3. Táticas de Lobby e Mobilização Social.

Formatação Bibliográfica: Normas APA (7.^a Edição)

Financiamento: Education Out Loud (EOL) / Parceria Global para a Educação (GPE)

Contacto para Mais Informações:

Núcleo do Cuanza Sul; Tel:926326993(WhatsApp)/954156603/ou 932164610;

Facebook: (Rede-EPT Angola Núcleo do Cuanza Sul)

Sito no Sec. Prov. do SINPROF. B. da Assaca, Zona 3.

Email: aascseptnucleodocuanzasul@gmail.com.

Data: Sumbe, 30 de Abril de 2026

Índice

1. Introdução.....	3
2. Enquadramento Teórico	5
3. Diagnóstico da Situação.....	6
3.1 Problemas Principais	6
3.2 Problemas específicos por área Financiamento.....	8
3.2. Teoria de Mudança.....	10
3.3 Objectivos da Estratégia.....	12
Objectivo Geral	12
Objectivos Específicos.....	12
3.4. Actores da Advocacia.....	12
3.5 Estratégias de Intervenção	15
3.6. Plano de Acção.....	16
10. Indicadores de Sucesso.....	17
11. Riscos e Mitigação.....	18
3.7 Conclusão	20
3.8. Referências (APA 7ª edição)	23
ANEXO 1: QUADRO SÍNTESE DO PLANO DE ACÇÃO DE ADVOCACIA	
ANEXO2 FLUXOGRAMA DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	

1. Introdução

A educação constitui um direito humano fundamental e um instrumento indispensável para o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades e a promoção da justiça social. No contexto angolano, apesar dos esforços empreendidos pelo Estado e parceiros, persistem desafios estruturais que comprometem o acesso universal, a qualidade do ensino e a equidade no sistema educativo.

Como afirma Freire, “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Esta perspectiva reforça a necessidade de investir de forma consistente na educação como base para a transformação social. De igual modo, organismos internacionais como a UNESCO sublinham que o financiamento adequado e a boa governação do sector são determinantes para garantir sistemas educativos inclusivos e de qualidade.

No âmbito da Semana de Acção Global pela Educação 2026, foi realizado o Workshop Nacional de Advocacia em Educação, que serviu como espaço de reflexão, capacitação e concertação entre actores da sociedade civil e representantes institucionais. Durante o evento, ficou evidente que o investimento público na educação em Angola continua abaixo dos níveis desejáveis, contribuindo para problemas como insuficiência de infraestruturas, exclusão escolar e limitações na qualidade do ensino.

Neste contexto, a advocacia surge como uma ferramenta estratégica essencial para influenciar políticas públicas e promover mudanças estruturais. A advocacia, entendida como mobilização organizada da sociedade civil para influenciar decisões e políticas, permite actuar não apenas sobre os efeitos dos problemas, mas sobretudo sobre as suas causas estruturais.

O presente plano tem como objectivo geral orientar acções coordenadas de advocacia que contribuam para influenciar políticas públicas no sector da educação, promovendo:

- O aumento do financiamento público da educação
- A melhoria da transparência e da gestão dos recursos
- A expansão do acesso à educação de qualidade
- A inclusão efectiva de todos os grupos sociais

De forma específica, o plano procura fortalecer a capacidade da sociedade civil para intervir de forma estratégica, baseada em evidências e orientada para resultados.

A elaboração de um plano estratégico de advocacia no sector da educação é de extrema relevância, tendo em conta que:

- **Primeiro**, a educação é um factor determinante para o desenvolvimento económico e social. Países que investem de forma consistente na educação tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento humano.
- **Segundo**, a existência de desafios persistentes, como o número elevado de crianças fora do sistema de ensino e a precariedade das infraestruturas, exige uma intervenção coordenada e contínua.
- **Terceiro**, a advocacia fortalece a participação cidadã e a responsabilização dos decisores públicos, contribuindo para uma governação mais transparente e inclusiva.

No plano social, a implementação eficaz deste plano contribui para:

- Redução das desigualdades sociais
- Promoção da equidade de género
- Inclusão de pessoas com deficiência
- Fortalecimento da coesão social

Assim, a advocacia em educação não é apenas uma acção técnica, mas também um processo político e social que visa garantir direitos fundamentais.

O presente plano está organizado de forma lógica e sequencial, permitindo uma compreensão clara das etapas e componentes da estratégia. A sua estrutura compreende:

- **Enquadramento teórico**, que apresenta os conceitos fundamentais da advocacia e teoria de mudança
- **Diagnóstico da situação**, com identificação dos principais problemas do sector
- **Definição do problema central**, que orienta a intervenção
- **Teoria de mudança**, que estabelece a lógica entre acções e resultados
- **Objectivos estratégicos**, gerais e específicos
- **Identificação dos actores**, incluindo alvos, aliados e adversários

- **Estratégias e táticas de advocacia**, com enfoque em acções concretas
- **Plano de acção**, organizado por prazos
- **Indicadores de monitoria e avaliação**, para medir o progresso
- **Análise de riscos e medidas de mitigação**

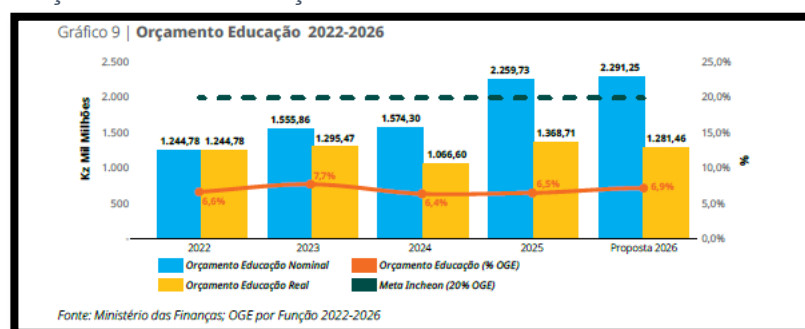
Esta organização segue uma abordagem estruturada da planificação de campanhas de advocacia, baseada na identificação de problemas, definição de objectivos e selecção de táticas apropriadas

2. Enquadramento Teórico

A Semana de Acção Global pela Educação (GAWE) 2026 coloca o financiamento como prioridade política, social e económica. Sob o lema "Manter a Chama Acesa pela Educação", a campanha exige que os governos protejam e aumentem o financiamento público para garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Em Angola, a análise do Orçamento Geral do Estado (OGE) revela desafios estruturais significativos. Entre 2022 e 2026, a dotação orçamental para a educação oscilou entre 6,37% e 7,74%, mantendo-se drasticamente abaixo da meta de 20% recomendada pela UNESCO. Além da dotação insuficiente, a execução orçamental apresenta níveis preocupantes de ineficiência, registando uma taxa de execução de apenas 38% no ano de 2025.

Figura 1
Orçamento da educação 2022-2026



Existem também assimetrias graves na distribuição de recursos. O custo anual por aluno no OGE 2026 varia de forma desproporcional entre províncias, e políticas educativas cruciais, como o Programa de Alimentação Escolar,

enfrentam irregularidades na sua implementação devido a constrangimentos financeiros.

A advocacia é entendida como um processo estratégico de mobilização social e institucional com vista à influência de políticas públicas, programas e práticas sociais.

Segundo o manual utilizado no workshop, “advocacia consiste na mobilização de esforços e acções da sociedade civil [...] para criar mudanças nas políticas, programas e comportamentos sociais”

A advocacia vai além da resposta imediata aos problemas. Tal como ilustrado no exercício do “rio”, não basta salvar pessoas (resposta), nem apenas capacitá-las (prevenção), é necessário actuar sobre as causas estruturais do problema

Neste sentido, a teoria de mudança assume um papel central, permitindo estabelecer uma relação lógica entre:

- Problemas identificados
- Acções estratégicas
- Resultados esperados
- Impacto a longo prazo

A abordagem de advocacia eficaz inclui ainda:

- Identificação de actores (constituintes, aliados e adversários)
- Definição de alvos primários e secundários
- Uso combinado de táticas (mobilização, comunicação, lobby, monitoria)

3. Diagnóstico da Situação

O workshop foi realizado com a participação de quatro membros da Direcção Nacional da Associação e trinta membros da organização da sociedade civil AASCS-EPT, do Núcleo do Cuanza Sul. Utilizou-se a metodologia de plenária e trabalhos em grupo, com participação activa dos envolvidos. Após vários debates, o workshop evidenciou que o sistema educativo angolano enfrenta desafios significativos, com destaque para:

3.1 Problemas Principais

Os problemas principais identificados durante o workshop resultaram das discussões em grupo e reflectiram desafios estruturais do sistema educativo, particularmente nas áreas de financiamento, acesso, qualidade e inclusão.

Baixo investimento público na educação: Foi identificado como um dos principais entraves ao desenvolvimento do sector educativo. Os participantes constatarem que o financiamento disponível não tem sido suficiente para responder às necessidades reais das escolas. Este cenário foi associado à dependência excessiva do Orçamento Geral do Estado e à fraca diversificação das fontes de financiamento, conforme destacado no grupo sobre financiamento da educação. Como consequência, verificaram-se limitações na construção de infra-estruturas, aquisição de materiais e melhoria das condições de ensino.

Infra-estruturas escolares insuficientes: Observou-se um défice significativo de escolas e salas de aula, sobretudo em comunidades com maior crescimento populacional e em zonas com menor cobertura educativa. Os grupos evidenciaram a existência de salas superlotadas, utilização de espaços improvisados e, em alguns casos, funcionamento de salas comunitárias sem condições adequadas. Esta realidade contribuiu para a degradação do ambiente de aprendizagem e dificultou o acompanhamento pedagógico dos alunos.

Crianças fora do sistema de ensino: Foi registada a existência de um número elevado de crianças fora do sistema educativo, resultado da insuficiência de escolas, falta de vagas e limitações económicas das famílias. Os participantes destacaram que esta situação foi mais visível no ensino pré-escolar e em comunidades com fraco acesso a serviços educativos. Como consequência, verificou-se o agravamento das desigualdades sociais e a limitação das oportunidades de desenvolvimento das crianças.

Falta de materiais e recursos pedagógicos: Foi constatada a insuficiência de manuais escolares, materiais didácticos e outros recursos essenciais ao processo de ensino-aprendizagem. Os grupos destacaram que, em muitas situações, os alunos partilhavam livros ou aprendiam sem qualquer suporte pedagógico adequado. Esta limitação comprometeu a qualidade do ensino, dificultando a compreensão dos conteúdos e o desenvolvimento de competências básicas, especialmente no ensino primário.

Limitações na educação inclusiva: Foram identificadas várias dificuldades na implementação da educação inclusiva, com destaque para a falta de

professores especializados, escassez de materiais adaptados e insuficiência de equipamentos específicos, como recursos em Braille. O grupo dedicado à educação inclusiva evidenciou ainda a inexistência de técnicos especializados e a fraca preparação das escolas para acolher alunos com necessidades educativas especiais. Como consequência, muitos alunos enfrentaram barreiras no acesso e na participação efectiva no processo educativo.

3.2 Problemas específicos por área Financiamento

A. Financiamento da Educação:

- **Atrasos no repasse do ADE (Apoio Directo às Escolas):** Os atrasos no repasse do ADE comprometem seriamente o funcionamento regular das escolas, sobretudo no ensino primário. Este financiamento é essencial para despesas correntes como aquisição de materiais didácticos, manutenção de infraestruturas e pequenas intervenções pedagógicas. Quando os valores não chegam a tempo, as escolas ficam dependentes de contribuições informais dos encarregados de educação, o que agrava desigualdades sociais.
- **Falta de transparência na gestão dos recursos:** A limitada transparência na gestão dos recursos financeiros, incluindo o ADE, reduz a confiança da comunidade escolar e dificulta os mecanismos de controlo social. Em muitos casos, não existem relatórios públicos claros sobre a utilização dos fundos, nem envolvimento efectivo dos conselhos de escola.
- **Dependência do Orçamento Geral do Estado (OGE):** O sector da educação em Angola depende quase exclusivamente do OGE, o que o torna vulnerável a flutuações económicas, especialmente em contextos de crise petrolífera. Esta dependência limita a diversificação das fontes de financiamento e reduz a capacidade de expansão do sistema educativo.
- A literatura defende a diversificação de financiamento, incluindo parcerias e fundos internacionais, como estratégia para sustentabilidade (UNESCO, 2022).

B. Educação Pré-Escolar:

- **Escassez de educadores qualificados:** A falta de educadores especializados na primeira infância compromete o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Muitas instituições funcionam com pessoal sem formação adequada, o que reduz a qualidade das práticas pedagógicas.
- **Falta de infraestruturas adequadas:** A cobertura da educação pré-escolar em Angola e particularmente no Cuanza-sul ainda é bastante limitada, sobretudo nas zonas rurais. Muitas comunidades não possuem centros infantis ou jardins-de-infância, o que impede o acesso precoce à educação. Isso contraria recomendações internacionais que defendem a universalização da educação pré-escolar como base do sucesso escolar futuro (UNICEF, 2019).
- **Insuficiência de materiais didácticos:** A ausência de materiais lúdico-pedagógicos adequados limita o desenvolvimento integral da criança. A aprendizagem na primeira infância depende fortemente de estímulos visuais, motores e interactivos, que muitas vezes não estão disponíveis.

C. Ensino Primário:

- **Falta de manuais escolares:** A insuficiência de manuais compromete o processo de ensino-aprendizagem, dificultando a consolidação dos conteúdos. Em muitos casos, vários alunos partilham o mesmo livro, o que reduz o tempo de estudo individual.
- **Salas superlotadas:** O elevado número de alunos por turma impede a atenção individualizada e compromete a qualidade do ensino. Esta situação dificulta a avaliação contínua e a adaptação às necessidades específicas dos alunos. Turmas superlotadas estão associadas a baixos níveis de aprendizagem e maior taxa de abandono escolar (UNESCO, 2023).
- **Infraestruturas precárias:** Muitas escolas funcionam em condições inadequadas, com salas improvisadas, falta de carteiras e ausência de saneamento básico. Estas condições afectam directamente o ambiente de aprendizagem e a permanência dos alunos na escola.

D. Ensino de Adultos

- **Metodologias inadequadas:** O ensino de adultos muitas vezes replica metodologias utilizadas no ensino regular, desconsiderando as especificidades dos adultos, como experiências de vida, necessidades práticas e ritmos de aprendizagem diferenciados.
- **Mistura de faixas etárias:** A presença de jovens e adultos na mesma sala cria desafios pedagógicos, pois os interesses, motivações e níveis de maturidade são distintos. Isso dificulta a planificação e a eficácia das aulas.
- **Falta de recursos pedagógicos:** A escassez de materiais específicos para alfabetização de adultos limita o progresso dos formandos. Muitas vezes, os conteúdos não estão contextualizados à realidade socioprofissional dos participantes.

E. Educação Inclusiva:

- **Falta de professores especializados:** A educação inclusiva exige profissionais com formação específica para atender alunos com necessidades educativas especiais. Em Angola, há uma carência significativa desses profissionais.
- **Ausência de materiais em Braille e outros recursos:** A falta de materiais adaptados, como livros em Braille, recursos audiovisuais e tecnologias assistivas, impede a participação efectiva de alunos com deficiência visual e outras limitações.
- **Baixo investimento no sector:** A educação inclusiva ainda não recebe financiamento proporcional às suas necessidades, o que limita a expansão de serviços especializados e a adaptação das escolas.

3.2. Teoria de Mudança

A teoria de mudança orientará a intervenção estratégica, estabelecendo uma relação lógica entre as acções de advocacia, os resultados esperados e o impacto a longo prazo. Esta abordagem permitirá compreender como as actividades desenvolvidas irão contribuir para a transformação do sector da educação.

Impacto (longo prazo)

Sistema educativo inclusivo, equitativo e de qualidade, com financiamento sustentável:

A implementação consistente das estratégias de advocacia contribuirá para a construção de um sistema educativo que garantirá o acesso universal, a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, independentemente da sua condição social, género ou necessidades específicas. Espera-se que o financiamento público da educação seja reforçado e gerido de forma transparente e eficiente, assegurando recursos adequados para infra-estruturas, formação de professores, materiais pedagógicos e políticas de inclusão.

Este impacto reflectirá uma transformação estrutural do sector educativo, com efeitos positivos no desenvolvimento social e económico.

Resultados (médio prazo)

Os resultados de médio prazo representarão mudanças concretas ao nível das políticas públicas e da gestão do sistema educativo:

- **Aumento do financiamento público:** Espera-se que as acções de advocacia influenciem decisões governamentais no sentido de aumentar a percentagem do orçamento nacional destinada à educação, aproximando-se das recomendações internacionais.
- **Melhoria da transparência:** Prevê-se o reforço dos mecanismos de prestação de contas, com maior divulgação de informações sobre a alocação e execução dos recursos financeiros, permitindo maior controlo social.
- **Expansão da rede escolar:** Será promovido o aumento do número de escolas e salas de aula, especialmente em zonas com défice de cobertura, contribuindo para a redução da sobrelotação e melhoria das condições de ensino.
- **Inclusão efectiva de todos os alunos:** Espera-se o fortalecimento de políticas inclusivas, com maior investimento em educação especial, formação de professores e disponibilização de recursos adaptados, garantindo a participação de alunos com necessidades educativas especiais.

Resultados imediatos (curto prazo)

Os resultados imediatos constituirão os primeiros efeitos das acções de advocacia, criando condições para mudanças mais estruturais:

- **Maior pressão sobre decisores:** As acções de mobilização, comunicação e lobby irão gerar um aumento da pressão sobre os decisores políticos, incentivando a priorização da educação na agenda pública.
- **Fortalecimento da sociedade civil:** Será reforçada a capacidade técnica e organizativa das organizações da sociedade civil, permitindo uma intervenção mais coordenada, estratégica e baseada em evidências.
- **Produção de evidências:** Serão gerados estudos, relatórios e dados relevantes que sustentarão as acções de advocacia e aumentarão a credibilidade das propostas apresentadas.
- **Aumento da visibilidade do tema:** Através de campanhas e acções de comunicação, a temática do financiamento e qualidade da educação ganhará maior destaque nos meios de comunicação e no debate público.

3.3 Objectivos da Estratégia

Objectivo Geral

Influenciar políticas públicas para garantir financiamento adequado, transparência e qualidade no sector da educação.

Objectivos Específicos

1. Promover o aumento do orçamento da educação
2. Reforçar a transparência na gestão dos recursos
3. Expandir o acesso à educação
4. Melhorar a qualidade do ensino
5. Fortalecer a inclusão educativa

3.4. Actores da Advocacia

A identificação dos actores da advocacia será fundamental para orientar as estratégias de intervenção, permitindo definir claramente quem será influenciado, quem apoiará o processo e quem poderá representar resistência. Esta segmentação facilitará a definição de táticas adequadas para cada grupo.

Alvos Primários

Os alvos primários serão os actores com poder directo de decisão sobre as políticas públicas e a alocação de recursos no sector da educação.

- **Ministério da Educação:** Será o principal alvo da advocacia, por ser a entidade responsável pela formulação, coordenação e implementação das políticas educativas a nível nacional. As acções irão focar-se na influência sobre o aumento do orçamento, melhoria da qualidade do ensino e promoção da inclusão educativa.
- **Governos Provinciais:** Serão actores-chave na operacionalização das políticas educativas, sobretudo na gestão de recursos e supervisão das direcções provinciais da educação especialmente nos coordenadores do Núcleos Províncias. A advocacia procurará influenciar a priorização da educação nos planos provinciais e a correcta distribuição dos recursos.
- **Administrações Municipais:** Serão considerados alvos estratégicos ao nível local, tendo em conta o seu papel na gestão directa das escolas, implementação de programas como o apoio às escolas e resolução de problemas imediatos das comunidades. As acções visarão reforçar a responsabilização e a eficiência na gestão local.

Alvos Secundários

Os alvos secundários serão actores com capacidade de influência indirecta sobre os decisores primários.

- **Deputados:** Terão um papel relevante na aprovação do Orçamento Geral do Estado e na fiscalização das acções do Executivo. A advocacia procurará sensibilizá-los para a necessidade de maior investimento na educação e maior controlo da execução orçamental.
- **Media:** Serão parceiros estratégicos na divulgação de informações e na formação da opinião pública. A sua actuação permitirá dar visibilidade aos problemas do sector e aumentar a pressão sobre os decisores políticos.
- **Líderes comunitários:** Serão importantes na mobilização das comunidades e na legitimação das acções de advocacia ao nível local. A sua influência social contribuirá para reforçar a participação cidadã.

Constituintes

Os constituintes serão os principais beneficiários das acções de advocacia e a base social de sustentação do processo.

- **Professores:** Serão actores centrais na implementação das políticas educativas e na identificação dos desafios do sistema. A sua participação será fundamental para legitimar as reivindicações e fornecer evidências práticas.
- **Alunos:** Serão os beneficiários directos do sistema educativo. A sua voz será valorizada para evidenciar as dificuldades vividas no processo de ensino-aprendizagem.
- **Pais:** Terão um papel essencial no acompanhamento da vida escolar e na exigência de melhores condições de ensino. A sua mobilização reforçará a pressão social sobre os decisores.

Aliados

Os aliados serão actores que partilharão os mesmos objectivos e que poderão reforçar a capacidade de intervenção da advocacia.

- **ONGs:** Serão parceiros estratégicos na implementação das acções, na produção de evidências e na mobilização social, contribuindo com experiência técnica e capacidade organizativa.
- **Redes da sociedade civil:** Facilitarão a articulação entre diferentes organizações, permitindo acções coordenadas e maior alcance das iniciativas de advocacia.
- **Parceiros internacionais:** Poderão apoiar com financiamento, assistência técnica e visibilidade internacional, reforçando a credibilidade das acções e a pressão sobre os decisores nacionais. Neste ponto ainda de momento contamos com o financiamento da Parceria Global de Educação no âmbito do Projecto Transformar vida Pela Educação(TVE)

Adversários

Os adversários serão actores que poderão resistir às mudanças propostas ou dificultar a implementação das estratégias.

- **Actores resistentes à mudança:** Incluirão indivíduos ou grupos que, por interesse ou comodismo institucional, se oporão a reformas no sector da educação. A estratégia procurará mitigar essa resistência através de diálogo, evidências e pressão social.

- **Interesses institucionais instalados:** Referem-se a práticas e estruturas já enraizadas que dificultam a transparência, a eficiência e a inovação no sistema educativo. A advocacia irá actuar no sentido de expor essas limitações e promover mudanças estruturais.

3.5 Estratégias de Intervenção

As estratégias de intervenção serão estruturadas com o objectivo de influenciar políticas públicas, promover mudanças sustentáveis no sector da educação e fortalecer a participação da sociedade civil.

3.5.1 Produção de Evidências

A produção de evidências constituirá a base do processo de advocacia, permitindo sustentar as acções com dados concretos e credíveis.

Estudos e relatórios: Serão elaborados estudos diagnósticos e relatórios analíticos sobre a situação da educação, com enfoque nos principais desafios, como a falta de infra-estruturas, insuficiência de professores e limitações no financiamento. Estes documentos servirão como instrumentos de apoio à tomada de decisão e reforço da argumentação junto dos actores políticos.

Monitoria do financiamento: Será realizado o acompanhamento sistemático do orçamento público destinado à educação, analisando a sua alocação, execução e transparência. Esta acção permitirá identificar lacunas, desvios e prioridades negligenciadas.

3.5.2 Lobby Institucional

O lobby institucional será utilizado como estratégia para influenciar directamente os decisores políticos e administrativos.

Reuniões com decisores: Serão promovidos encontros formais com responsáveis governamentais, deputados e gestores do sector educativo (MED, GPE e DME), com o objectivo de apresentar evidências, propor soluções e defender a melhoria das políticas educacionais.

Audiências públicas: Será assegurada a participação em audiências públicas e outros espaços formais de consulta, onde serão apresentadas preocupações e recomendações, comunicados finais, reforçando a visibilidade das problemáticas.

3.5.3 Mobilização Social

A mobilização social visará envolver as comunidades e fortalecer a participação cidadã na defesa do direito à educação.

Campanhas comunitárias: Serão realizadas campanhas de sensibilização nas comunidades, abordando a importância da educação, o papel das famílias e os direitos dos alunos, dos pais e encarregados da educação, contribuindo para o aumento da consciência social.

Fóruns públicos: Serão organizados fóruns de debate com a participação de professores, pais, alunos e líderes comunitários, promovendo o diálogo, organizações da sociedade civil membros da rede e a partilha de experiências.

3.5.4 Comunicação Estratégica

A comunicação estratégica será essencial para amplificar as mensagens de advocacia e influenciar a opinião pública.

Programas de rádio e televisão: Serão convidados e utilizados programas radiofónicos para divulgar informações, promover debates e alcançar um público mais amplo.

Artigos de opinião: Serão publicados artigos em jornais e plataformas digitais (WhatsApp, Facebook, portal), abordando questões críticas da educação e propondo soluções.

Redes sociais e Portal da Rede: As redes sociais serão utilizadas para disseminar conteúdos, mobilizar cidadãos e dar visibilidade às acções realizadas.

3.5.5 Monitoria e Responsabilização

Esta estratégia terá como foco garantir que as políticas e compromissos assumidos sejam efectivamente implementados.

Avaliação de políticas: Serão analisadas políticas públicas educacionais para verificar o seu grau de implementação, eficácia e impacto.

Divulgação de resultados: Os resultados das avaliações e monitorias serão divulgados junto da sociedade civil e dos decisores, promovendo transparência e responsabilização.

3.6. Plano de Acção

O plano de acção será organizado em três horizontes temporais, permitindo uma intervenção progressiva e sustentável.

Curto Prazo (0–2 meses)

Recolha de dados: Será realizado o levantamento de informações relevantes sobre o estado da educação, incluindo dados estatísticos e percepções das comunidades.

Definição de mensagens: Serão estruturadas mensagens-chave de advocacia, claras, consistentes e adaptadas aos diferentes públicos-alvo.

Início de contactos institucionais: Serão estabelecidos contactos com actores institucionais estratégicos, criando canais de diálogo e cooperação.

Médio Prazo (2 –6 meses)

Campanhas públicas: Serão implementadas campanhas de sensibilização e mobilização em larga escala.

Pressão mediática: Será reforçada a presença nos meios de comunicação social, promovendo debates e visibilidade das problemáticas do sector.

Monitoria do orçamento: Será intensificado o acompanhamento do orçamento da educação, com foco na sua execução.

Longo Prazo (6–1 anos)

Influência política efectiva: Serão consolidadas relações institucionais que permitirão influenciar decisões políticas de forma consistente.

Reformas estruturais: Serão promovidas mudanças estruturais no sistema educativo, baseadas em evidências.

Consolidação da advocacia: Será fortalecida a capacidade institucional para garantir a continuidade das acções de advocacia.

10. Indicadores de Sucesso

Os indicadores de sucesso permitirão medir o impacto das estratégias implementadas:

- **Aumento do orçamento da educação:** Será verificado o crescimento da percentagem do orçamento nacional destinada ao sector educativo.
- **Número de escolas construídas:** Será avaliada a expansão das infra-estruturas escolares.
- **Redução da exclusão escolar:** Será monitorada a diminuição do número de crianças fora do sistema de ensino.

- **Participação da sociedade civil:** Será analisado o nível de envolvimento de organizações e cidadãos nas acções de advocacia.
- **Número de acções realizadas:** Será feita a quantificação das actividades implementadas.

11. Riscos e Mitigação

A implementação do plano de advocacia enfrentará diversos riscos que poderão comprometer o alcance dos objectivos definidos. Assim, será fundamental identificar antecipadamente esses riscos e definir medidas de mitigação adequadas, de modo a garantir a eficácia e sustentabilidade das acções.

Riscos

- **Resistência política:** Poderá haver resistência por parte de decisores políticos e gestores públicos, sobretudo quando as propostas implicarem mudanças estruturais, maior transparência ou redistribuição de recursos. Esta resistência poderá manifestar-se através de atraso na tomada de decisões, falta de abertura ao diálogo ou rejeição das propostas apresentadas.
- **Falta de recursos:** A limitação de recursos financeiros, humanos e técnicos poderá afectar a implementação das actividades previstas, reduzindo a capacidade de mobilização, produção de evidências e comunicação. Este risco poderá comprometer a continuidade e o alcance das acções de advocacia.
- **Desinformação:** A circulação de informações incorrectas ou distorcidas poderá enfraquecer as mensagens de advocacia, gerar confusão entre os actores envolvidos e reduzir o apoio público às iniciativas. Este risco será mais evidente em contextos de fraca literacia informacional ou acesso limitado a fontes credíveis.

Mitigação

- **Uso de evidências:** Será priorizada a produção e utilização de dados fiáveis, estudos e relatórios técnicos para fundamentar as acções de advocacia. A evidência permitirá reforçar a credibilidade das propostas, reduzir a contestação e facilitar o diálogo com os decisores.



- **Trabalho em rede:** Será promovida a articulação entre organizações da sociedade civil, parceiros institucionais e actores comunitários, de modo a fortalecer a capacidade de intervenção colectiva. O trabalho em rede permitirá partilhar recursos, ampliar o alcance das acções e aumentar a influência política.
- **Comunicação contínua:** Será assegurada uma estratégia de comunicação permanente, clara e acessível, com o objectivo de informar, sensibilizar e mobilizar os diferentes públicos. A comunicação contínua ajudará a combater a desinformação, manter o tema na agenda pública e reforçar o engajamento dos actores envolvidos.

3.7 Conclusão e Recomendações

O presente plano estratégico constitui um instrumento orientador para a promoção de mudanças estruturais no sector da educação em Angola. Através de uma abordagem baseada em evidências, mobilização social e diálogo institucional, torna-se possível influenciar políticas públicas e garantir o direito à educação de qualidade para todos.

A análise desenvolvida ao longo do plano evidenciou que o sector da educação em Angola continua a enfrentar desafios estruturais profundos, com destaque para o baixo financiamento público, insuficiência de infraestruturas, limitações no acesso, fraca disponibilidade de recursos pedagógicos e fragilidades na implementação da educação inclusiva. Estes problemas, identificados durante o workshop, não são isolados, mas interligados e com impacto directo na qualidade do ensino e na equidade do sistema educativo.

As estratégias de advocacia definidas demonstraram que é possível actuar sobre estas limitações através de uma abordagem organizada, baseada em evidências, mobilização social e diálogo institucional. A combinação de produção de dados, lobby político, comunicação estratégica e monitoria reforça a capacidade da sociedade civil em influenciar políticas públicas e promover maior responsabilização dos decisores.

Ficou igualmente evidente que a advocacia não deve ser entendida como uma acção pontual, mas como um processo contínuo e estratégico, orientado para resultados de curto, médio e longo prazo. A aplicação consistente da teoria de mudança permitirá transformar acções concretas em resultados mensuráveis e, posteriormente, em impactos estruturais no sistema educativo.

Assim, o plano reafirma que o fortalecimento da sociedade civil, aliado à participação activa das comunidades e ao uso de evidências credíveis, constitui um caminho viável para garantir uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade em Angola.

3.7.1 Recomendações

Tendo em conta os resultados do diagnóstico e as estratégias propostas, apresentam-se as seguintes recomendações:

Ao Governo (nível central(MED) e local(GPE e DME e AMS):

- Aumentar progressivamente a percentagem do Orçamento Geral do Estado destinada à educação, aproximando-se das recomendações internacionais.
- Garantir maior transparência na gestão dos recursos, com divulgação regular de relatórios de execução orçamental.
- Priorizar a construção e reabilitação de infraestruturas escolares, sobretudo em zonas com maior défice.
- Reforçar o investimento na educação pré-escolar e inclusiva, com formação de professores especializados e aquisição de materiais adaptados.
- Assegurar o fornecimento regular de manuais escolares e recursos pedagógicos.

Às Administrações Municipais e Direcções da Educação:

- Melhorar a gestão e aplicação do ADE, garantindo que os recursos cheguem atempadamente às escolas.
- Promover mecanismos de participação comunitária na gestão escolar, reforçando o controlo social.
- Reduzir a sobrelotação das turmas através da expansão da rede escolar.

À Sociedade Civil e Organizações Parceiras:

- Reforçar a produção de evidências e estudos sobre a situação da educação para sustentar a advocacia.
- Intensificar acções de mobilização comunitária e sensibilização sobre o direito à educação.
- Fortalecer o trabalho em rede para aumentar a capacidade de influência e alcance das acções.
- Monitorar continuamente as políticas públicas e denunciar irregularidades.

Aos Media:

- Dar maior visibilidade aos problemas e avanços no sector da educação.

- Promover debates públicos informados sobre financiamento, qualidade e inclusão educativa.

Às Comunidades (pais, professores e alunos):

- Participar activamente na vida escolar e nos processos de tomada de decisão.
- Exigir melhores condições de ensino e maior responsabilização dos gestores públicos.



3.8. Referências (APA 7ª edição)

- Associação de Actores Sociais Chave do Saber Angola. (2026). *Comunicado final do Workshop Nacional de Advocacia em Educação*.
- Estratégias de Advocacia Social. (s.d.). *Manual de formação em advocacia*.
- Freire, P. (1978). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- UNESCO. (2023). *Global education monitoring report*. UNESCO Publishing
- Cambuta, C. (2025). *Financiamento para educação: Como garantir mais recursos para efectivar o ODS4 em Angola?* [Apresentação de PowerPoint]. UNESCO. (2022). *Transforming education from within*. UNESCO Publishing.
- UNESCO. (2023). *Global education monitoring report*. UNESCO Publishing.
- UNICEF. (2019). *Early childhood development report*. UNICEF.
- World Bank. (2018). *World development report: Learning to realize education's promise*. World Bank.

Anexo 1: Quadro Síntese do Plano de Acção de Advocacia

Objectivo Central: Resumir as acções coordenadas de advocacia que contribuam para influenciar políticas públicas no sector da educação

Lema Global Orientador: "Manter a chama acesa pela educação"

Objectivo Específico de Advocacia	Público-Alvo / Decisor	Mensagem-Chave a Transmitir	Actividade Prática	Quem é o Responsável?	Prazo / Data Limite	Indicador de Sucesso
Garantir a aplicação correcta, efectiva e transparente das verbas do ADE.	Direcção Municipal da Educação e Administrador Municipal.	"A transparência na gestão escolar fortalece a qualidade do ensino."	Fazer estudo bibliográfico/investigação sobre a gestão do ADE, apresentar os resultados ao administrador e realizar programas de rádio.	Direcção dos Núcleos Provinciais da AASCS-EPT	Curto Prazo (0-2 meses).	Estudo apresentado com protocolo de recepção e número de programas de rádio realizados.
Aumentar o orçamento do OGE para a construção de salas de aulas públicas e contratação de educadores de infância.	Ministério da Educação e Governos Provinciais.	"O desenvolvimento na primeira infância é a base de uma aprendizagem significativa."	Realizar campanhas e encontros institucionais para propor o aumento do OGE e a construção de infra-estruturas adequadas.	Direcção Nacional de AASCS-EPT e Coordenadores dos Núcleos Provinciais	Longo Prazo (6 meses - 1 ano).	Inclusão de propostas de construção de salas do pré-escolar nos planos de orçamento local.
Aumentar o orçamento para	Órgãos locais e autoridades de	"O acesso a escolas primárias	Criar audiências, realizar encontros com as autoridades	Direcção dos Núcleos	Curto Prazo	Audiências realizadas e

construção de escolas primárias e garantir a disponibilização de manuais escolares.	direito.	convencionais e manuais gratuitos é um direito inegável."	locais e apelar à inclusão escolar das crianças.	Provinciais da AASCS-EPT	(0-2 meses).	número de crianças integradas no sistema de ensino. +1
Garantir a formação de professores em andragogia e espaços adequados para o ensino de adultos.	Direcção da Educação e decisores políticos locais.	"A aprendizagem não tem idade: ensino adequado para jovens e adultos reduz o insucesso."	Apelar insistentemente a quem de direito para a separação de turmas (crianças e adultos) e propor o acompanhamento de formandos de projectos externos.	Direcção dos Núcleos Provinciais da AASCS-EPT	Médio Prazo (2-6 meses).	Proposta de formação em andragogia submetida e fim das turmas mistas de crianças e adultos. +1
Garantir a aquisição de máquinas Perkins, impressoras Braille e formação de técnicos tradutores.	MED e Gabinete Provincial da Educação.	"A inclusão custa menos que a exclusão."	Realizar encontros de reflexão sobre educação inclusiva e apelar ao aumento do financiamento para a aquisição de materiais adaptados.	Direcção Nacional de AASCS-EPT e Coordenadores dos Núcleos Provinciais .	Longo Prazo (6 meses - 1 ano).	Aumento do número de formandos na educação especial e equipamentos adquiridos.

Anexo2 FLUXOGRAMA DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

FLUXOGRAMA DA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO



Anexo 3. RODA DE INTERVENÇÃO (MODELO CIRCULAR)

RODA DE INTERVENÇÃO

